

POR UMA CONSERVAÇÃO DO ESPAÇO DA ARQUITETURA¹

LOUREIRO, Claudia (1), AMORIM, Luiz (2)

(1) Arquiteto, Dr., professor adjunto, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UFPE (e-mail: cloureiro@oi.com.br); (2) Arquiteto, PhD, professor adjunto, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UFPE (e-mail: amorim@ufpe.br)

RESUMO

Este artigo discute teorias e práticas do restauro, tendo como problema central a dissociação entre as teorias arquitetônicas e as de restauração no que se refere ao entendimento da dimensão espacial arquitetônica como matéria constituinte do fato cultural, portanto, sujeita à conservação. Apresenta propriedades fundamentais do espaço arquitetônico e procedimentos metodológicos para a sua representação, descrição e análise, e recomenda a inclusão destes procedimentos nas práticas consolidadas de conservação arquitetônica.

ABSTRACT

This article aims at discussing restoration theories and practices, taking as its main argument the disjunction between architectural and restoration discourses with regards to the understanding of the spatial dimension of architecture as an intrinsic property of the cultural heritage, therefore subjected to conservation. It presents the fundamental properties of the space of architecture and the methodological procedures for its representation, description and analysis. Finally, it recommends the introduction of this procedure to the established practices of architectural conservation.

1. CONSERVAR O QUÊ? PRESERVAR O QUÊ?

O acervo arquitetônico produzido pela engenhosidade humana, hoje classificado como patrimônio histórico e cultural, vem sendo significativamente ampliado desde o início do século 19, quando o conceito de bem patrimonial é sistematizado. Considerava-se, então, apenas três grandes categorias: a dos remanescentes da Antiguidade, edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos. Então, o conceito vigente era o de monumento histórico. De fato, hoje, os monumentos históricos representam apenas parte do que se preserva, ou conserva: o acervo a ser considerado inclui ainda a produção modernista, numa clara extensão do referencial cronológico, o patrimônio industrial, além do patrimônio imaterial, estendendo, portanto, também o tipo de bem a ser valorizado. Assim não se corre mais o risco de ver obras paradigmáticas desaparecerem sem deixar muitos rastros. Este é o caso de algumas obras de Frank Lloyd Wright, assim como obras de Perret, Mendelson, Louis Kahn, entre outras, demolidas ao longo do século 20. É o caso também de obras mais modestas, como parte da produção residencial moderna no Recife que vem ou desaparecendo, ou sendo totalmente descaracterizada, perdendo-se para sempre o testemunho social que este acervo representa. As figuras 1 a 3 ilustram alguns exemplares desaparecidos ou adulterados, como a única residência na cidade de autoria de Oscar Niemeyer, demolida na década de 90 (Amorim, 1991), a residência Serafim Amorim, do arquiteto Delfim Amorim, e a residência Milton Medeiros, transformada em agência bancária.

Um dos maiores desafios a serem enfrentados nos projetos de conservação e restauro do patrimônio é a necessidade de torná-lo produtivo, o que requer a adaptação destes edifícios e sítios históricos para atender novas funções ou novos requisitos, resultando, no mais das vezes, dada as peculiaridades destes novos usos, em alterações na estrutura espacial original.

Tais demandas da vida contemporânea nem sempre convergem com as características de edifícios históricos, exigindo, portanto, intervenções radicais no suporte material da arquitetura. Nova infra-estrutura é instalada, cobertas, revestimentos e paredes externas são

¹ A investigação que serve de base a este artigo é parte da pesquisa intitulada "Reciclagem de estruturas urbanas: um estudo analítico e proposicional de programas, tipos e estratégias de ocupação habitacional em centros urbanos", financiada pelo CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, entidade governamental brasileira promotora do desenvolvimento científico e tecnológico.

substituídas por técnicas e materiais contemporâneos, bem como extensões e novas edificações são construídas como forma de adequar a edificação original. Um exemplo marcante desta postura é o do conjunto de edifícios conjugados conhecidos como Chanteclair (figura 4), situado no Bairro do Recife, em Recife, tombado como patrimônio nacional. O conjunto de edificações, que forma uma quadra, está em processo de reforma para abrigar salas de cinema – o projeto de adaptação prevê a destruição de toda a organização espacial interna, com remembramento dos edifícios conjugados, assim como do sistema estrutural, sendo preservadas apenas as fachadas. Com muito esforço (e muito dinheiro) busca-se, no momento, evitar um total desastre, como o desabamento do que restou – sem as paredes internas e pisos e sem a cobertura, a envoltória da quadra ameaça desabar. O projeto foi aprovado pelo IPHAN e recebeu recursos do Ministério da Cultura, através do programa Monumenta-BID. Considerar esta obra uma intervenção para a salvaguarda do conjunto é pura retórica.



Figura 1. Residência Vicente de Paula, de Oscar Niemeyer, em Recife, demolida na década de 1990 (foto: Mônica Vasconcelos)



Figura 2. Residência Serafim Amorim, de Delfim Amorim, demolida em 2003 (Fonte: Arquivo Delfim Amorim)



Figura 3. Residência Milton Medeiros, de Mário Russo, adaptada para abrigar agência bancária – fotos de Luiz Amorim e Claudia Loureiro

Este processo, que se constitui numa espécie vandalismo histórico e patrimonial, é praticado tanto ao abrigo da legislação, quanto à margem dela – para tornar um bem produtivo, a preservação de certas características espaciais torna-se um obstáculo. Outros casos de menor relevância exercem impactos importantes. A figura 5 mostra uma reforma para abrigar lojas comerciais – três imóveis foram lembrados interiormente, mantendo-se a fachada, ainda que com alterações desfigurantes. A foto 6 ilustra um caso ainda mais grave – três imóveis foram lembrados, com uma só cobertura, para abrigar um estacionamento. Neste caso, as fachadas sofreram ainda maiores alterações. Todos os imóveis estão inseridos em sítios históricos, devidamente identificados e protegidos por legislação municipal.



Foto 4. Edifício Chanteclair
(fonte: <www.shoppingcouncil.com.br/rsimonsen/chanteclair.html>, acessado em 08/08/2005.)

Figura 5. Rua Vidal de Negreiros, imóveis 92 a 98, reformados para abrigar lojas para aluguel, Recife, 2004
(Foto: Karla Souza e Gustavo Miranda²)



² Alunos do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPE, a quem os autores agradecem a cessão das fotos.

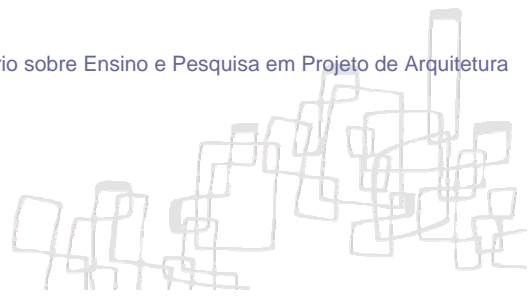


Figura 6. Rua Vidal de Negreiros, imóveis 156, 154 e 152, Recife, 2004 (Foto: Karla Souza e Gustavo Miranda)

A estrutura espacial é comumente modificada tanto pela remoção ou introdução de barreiras, como pela alteração de conexões existentes, como forma de atender a novos requisitos sociais e funcionais. Esta dimensão espacial da arquitetura é propriedade fundamental e indissociável do objeto arquitetônico como suporte material de atributos sociais e como campo de possíveis interações sociais.

Considerar a dimensão espacial como objeto de conservação e restauro, significa estabelecer procedimentos analíticos universais para a sua descrição e posterior inclusão nos procedimentos já consolidados nas práticas conservacionistas preconizadas nas cartas patrimoniais internacionais. Nestas, é recomendado que edificações sejam avaliadas por sua relevância social e características materiais. A primeira avalia os valores extrínsecos da arquitetura – os valores históricos e culturais agregados ao edifício, enquanto que a segunda, seus valores intrínsecos, ou seja, os valores técnicos e compositivos impregnados na matéria física. Portanto, a importância do edifício é determinada pela tecnologia adotada, características compositivas e eventos históricos associados.

Atenção menor é dada, no entanto, à sua estrutura espacial, apesar do seu papel na mediação entre a dimensão social e a estrutura material da arquitetura. Seria fundamental a conservação dos princípios que delimitaram a forma arquitetônica, o entendimento de sua espacialidade e o estabelecimento de procedimentos técnicos de suporte para a sua conservação e restauro. Sendo o espaço a dimensão arquitetônica que a distingue de outras formas de expressão artística, deve-se considerá-lo objeto específico de interesse de conservação, e não apenas um produto residual dos esforços de conservação, consolidação e restauração de suas delimitações físicas.

2. AFINAL, POR QUE NÃO ACABAR COMO A PIZZA?

A noção de patrimônio hoje abrange uma diversidade de objetos das obras-de-arte, ao patrimônio imaterial, como a pizza e o acarajé. Congrega, portanto, os produtos dos diversos saberes humanos, tendo-se presenciado, ao longo do tempo uma expansão do conceito, com a inclusão de novos tipos de bens, assim como com a ampliação do quadro cronológico, incluindo a arquitetura moderna.

O conceito de patrimônio arquitetônico e urbano envolve ao menos duas dimensões: a) dimensão tipológica, que abrange dos edifícios individuais de valor excepcional ao conjunto de edificações e malha urbana, e, b) a dimensão cronológica – segundo critérios de anciandade. Ou seja, o patrimônio histórico, ou cultural tem tanto uma função memorialista, ligada à noção de monumento – segundo Choay, o monumento é destinado a avivar nos homens a memória de Deus ou de sua condição de criaturas (Choay, 2001) – quanto uma função arqueológica, de testemunho do que restou. Na categoria de monumento, o valor excepcional é atribuído a priori – são criações para evocar algo ou alguém, enquanto o valor arqueológico é atribuído a posteriori, ao longo do tempo em função do significado cultural que aquele bem adquire. Na Primeira Conferência Internacional para Conservação de Monumentos Históricos, em 1931, em Atenas, com participação apenas de países europeus, os princípios de conservação e preservação tomam forma com ênfase na proteção dos monumentos, no sentido memorialista (Cury, 2000).

A Carta de Veneza, adotada pelo ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios, elaborada no 2º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos, em Veneza, maio de 1964, estende a noção de monumento histórico, considerando tanto a criação arquitetônica isolada, quanto o sítio urbano ou rural (Cury, 2000). O conceito é de cunho arqueológico – o critério é o das obras monumentais como testemunho vivo de tradições seculares – de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. A Carta de Veneza introduz, ainda, a noção de significação cultural, ampliando a noção de monumento histórico para além das grandes criações humanas, incluindo as obras modestas que tenham adquirido significação cultural ao longo do tempo. A partir daí, a noção de patrimônio fica indissociada do sítio urbano e da sua ambiência, incluindo aí toda e qualquer edificação de significação cultural, mesmo a “arquitetura menor”, como os italianos designaram a edificação privada não-monumental (Choay, 2001).

Os princípios técnicos e ações de salvaguarda, sejam de conservação ou restauração, estão registradas em diversos documentos técnicos – cartas e declarações, que tratam do que deve ser salvaguardado e do que deve e não deve ser feito. A dimensão espacial é pouco explorada, ao menos de forma explícita, nestes documentos, no entanto, ganha destaque em alguns documentos de cunho mais operativo. Dentre estes, destaca-se a Carta de Restauro da Itália de 1972, que, em seu Anexo B, dedicado aos critérios das restaurações arquitetônicas, preconiza que, ao ser considerada a possibilidade de novas utilizações, obras de adaptação “*deverão ser limitadas ao mínimo ... evitando alterações sensíveis das características tipológicas, da organização estrutural e da **seqüência dos espaços internos***” (Cury, 2000: 157). Referência explícita à dimensão espacial também é feita na Carta de Washington, de 1986 – Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas (cf. Cury, 2000: 281), que complementa a Carta de Veneza, de 1964, definindo operativamente, as ações apropriadas para a salvaguarda das qualidades das cidades históricas, favorecendo “*a harmonia da vida individual e social e a perpetuar o conjunto de bens que, mesmo modestos, constituem a memória da humanidade*” (Carta de Washington, 1986 – Cury, 2000), considerando como históricas, as expressões materiais da diversidade das sociedades através da história. A Carta define, entre os seus princípios e objetivos, os valores a preservar – “*o caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que expressam sua imagem, em particular ...a forma e o aspecto das edificações (interior e exterior) ...*” (cf. Cury, 2000: 282). Dentre os métodos e instrumentos, a Carta, em seu item 10, preconiza que, no caso de necessidade de se efetuar transformações dos imóveis, a **organização espacial**⁴ existente deve ser respeitada (cf. Cury, 2000: 284).

No entanto, na maior parte das leis é dada maior evidência aos aspectos técnico-construtivos e formais, refletindo as teorias já consolidadas no campo da restauração (Boito, 2003; Brandi, 2004). Assim, a estrutura e o aspecto (Brandi, 2004) podem ser recuperados e o interior totalmente renovado para adaptar-se a um novo uso, como se a organização espacial em si não guardasse valor de testemunho do que passou. Este é o conceito que se podem perceber nos documentos legislativos, como na Lei nº 13.957 em setembro de 1979, do município do Recife, que ‘institui normas gerais de proteção a sítios, conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados’ (Prefeitura da Cidade do Recife, 1981: 13) e estabelece como principais elementos constitutivos da forma arquitetônica a serem protegidos o gabarito, a forma e a inclinação da cobertura, materiais de revestimentos externos e a implantação no terreno, ou seja, a organização espacial é negligenciada.

3. AS DIMENSÕES ESPACIAIS DA ARQUITETURA E SUAS DESCRIÇÕES

O espaço arquitetônico tornou-se objeto de interesse da teoria da arquitetura muito recentemente. Segundo Johnson (1993: 383), o espaço não era um termo usado em tratados arquitetônicos até o meados do século XVIII, e apenas no final século XIX e

³ Destaque nosso.

⁴ Destaque nosso.

começo do XX é utilizado com conotação integrado à arquitetura, seja para a avaliação, seja para a descrição. O conceito de espaço, no sentido de determinar limites, passa a ser trabalhado pela cultura arquitetônica somente a partir do início do século XX, sobretudo decorrente da concepção de Loos, quando introduz o conceito de *Raumplan* (Risselada, 1991).

Por conseguinte, se a representação da arquitetura foi sendo consolidada no campo profissional através dos séculos, a representação da dimensão espacial, de forma que relações espaciais sejam reveladas, é relativamente nova, ou seja, um novo sistema descritivo que tome o espaço per se como objeto de representação. Pesquisas no campo da morfologia da arquitetura (Steadman, 1983) têm se dedicado à descrição das propriedades estruturantes da forma arquitetônica, inclusive da dimensão espacial. Hillier e seus colegas da *University College London* propuseram um conjunto de técnicas de representação e uma teoria espacial do fenômeno arquitetônico, conhecida por sintaxe espacial, que entende a relação entre atributos espaciais e sociais como partes intrínsecas do objeto arquitetônico (Hillier & Hanson, 1984, Hillier, 1996, Hanson, 1998).

3.1. As dimensões espaciais

A descrição do espaço, como proposto por Hillier e Hanson (1984), é baseada na maneira pela qual usamos e percebemos o ambiente construído. Segundo Hanson (1998: 39), desenvolvemos nossas atividades diárias em espaços convexos e nos movemos e entendemos o ambiente no qual estamos imersos por linhas axiais e campos visuais. Espaços convexos representam as propriedades locais de edifícios, enquanto que as linhas axiais e os campos visuais representam suas propriedades globais: o grau de coesão e continuidade da estrutura espacial do edifício.

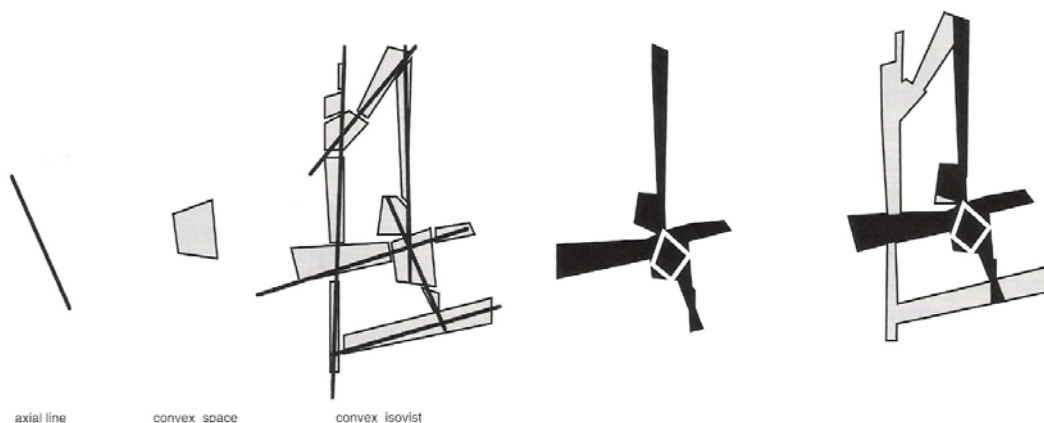


Figura 7. Dimensões espaciais (Hanson, 1998)

Estas três dimensões são fundamentadas em três leis do objeto arquitetônico (Hillier, 1989): (a) aquelas que emergem da própria configuração espacial, estabelecendo um campo de possíveis arranjos espaciais; (b) aquelas que também emergem da configuração espacial e estabelecem um campo de probabilidades para emergência de práticas sociais; (c) aquelas que emergem das relações sociais, ou seja, fazem parte das práticas sociais que definem as diversidades das sociedades humanas. Neste sentido, entende-se que a configuração espacial é ao mesmo tempo uma expressão das possibilidades de arranjos espaciais, selecionadas para atender requerimentos socio-funcionais de um específico grupo social, em um período histórico, e que esta configuração tem impregnada nela mesma as regras que restringem as possibilidades de interação entre os membros do grupo social. Neste caso, o espaço é mediador dos aspectos co-presenciais e co-cientes.

De fato, a rede de localidades espaciais pode ser mais bem descrita se for representada como um sistema relacional, onde os componentes são analisados de acordo com a posição relativa que assumem entre si. Para descrever este sistema topológico, utilizam-se procedimentos matemáticos originados da teoria dos grafos. A figura 8 apresenta um mapa

convexo, entendido como o menor conjunto de maiores espaços convexos, de uma residência unifamiliar, onde cada espaço convexo é representado como um nó (círculo) e a permeabilidade entre eles é representado com uma aresta (conexão). O grafo é ordenado, ou justificado, a partir do espaço exterior à edificação e sequenciado, passo a passo, de acordo com a conectividade entre os espaços componentes. Esta técnica de representação revela como acesso e movimento são distribuídos no interior da edificação. O passo final consiste na identificação de cada espaço de acordo com as categorias de usuários e atividades desenvolvidas em seu interior. Esta classificação nos ajuda a entender como atividades, ou eventos, e pessoas são distribuídas no edifício de tal forma a facilitar a compreensão de como estes atributos sociais e espaciais adquirem dimensões particulares (Amorim, 1997; 1999). Neste sentido, a estrutura espacial revela não apenas as regras compositivas, como também as regras sociais que ordenaram como o espaço é prioritariamente ocupado e como habitantes e visitantes interagem.

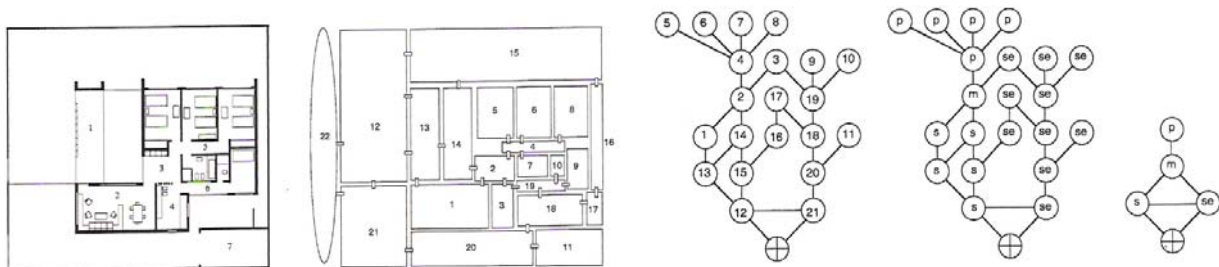


Figura 8. Representação das dimensões espaciais: mapa convexo, grafo justificado e grafo setorial (Amorim, 1999)

3.2. Concebendo o objeto arquitetônico

As propriedades espaciais genéricas, descritas acima, constituem o substrato de onde emergem as possíveis soluções arquitetônicas para atender aos distintos usos sociais. Para tanto, é necessário o domínio de distintos tipos de conhecimento. Um tipo de conhecimento, de natureza social e cultural, emerge das crenças e regras de comportamento que constituem e dão coesão a distintos grupos sociais. Estes atributos sociais estão manifestos em edifícios de forma a garantir que certas categorias de pessoas possam interagir segundo certas expectativas e que devem estar atentas da presença do outro em certas circunstâncias. O grau de isolamento ou interação entre habitantes e entre habitantes e eventuais visitantes depende da forma como a estrutura espacial é definida. Outros tipos de conhecimento estão circunscritos ao domínio profissional, como as práticas construtivas e as regras compositivas, aquele que não é necessariamente dividindo entre outros membros da sociedade.

A arquitetura vernácula supera a distinção entre estes dois tipos de conhecimento, porque eles são comungados, em geral, pelo grupo social que os mantém relativamente fixos e inquestionável, ou seja, apresenta uma inércia temporal maior. O ato consciente de projetar leva os dois tipos de conhecimento para um nível de reflexão continuada, tornando a dimensão espacial menos permeável aos atributos sociais e culturais, e mais abertas à introdução de novos valores arquitetônicos. (Hillier, 1996, Holanda, 2002).

3.3. Identificando padrões espaciais

Padrões espaciais consistentes, expressões do ambiente cultural, podem ser identificados quando se compara as propriedades de um conjunto edificado pertencente a um grupo social específico em um determinado período histórico. Estudos sobre a arquitetura vernácula em diversas partes do mundo têm revelado a consistência com que estes padrões podem ser encontrados e como os atributos sociais e espaciais estão relacionados entre si. Por exemplo, os estudos desenvolvidos por Hanson (1998) sobre a organização espacial das residências inglesas mostram a consistência com que as plantas das residências são elaboradas para preservar a segregação relativa da sala formal de visitas (*parlour*) com o objetivo de manter o domínio privado familiar protegido do acesso de eventuais visitantes. É

importante notar que espaço e uso são partes de um objeto integral - a casa, e a associação de certas propriedades espaciais (segregação e proximidade do espaço exterior) com certos tipos de uso representam uma adequação das demandas sociais às propriedades espaciais. Estes padrões são denominados de genótipos fins, ou seja, aqueles que emergem de uma consistente reprodução de padrões sociais e padrões funcionais que representam como o espaço é estruturado e ocupado para atender a determinados propósitos. Arquitetura vernácula é, em geral, estruturada por padrões genotípicos fins.

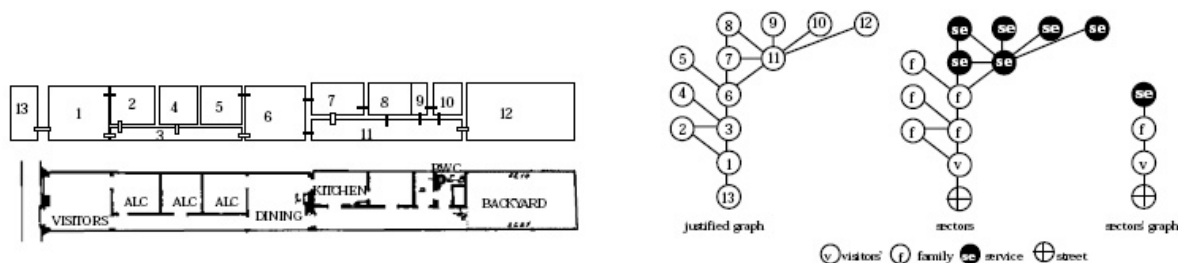


Figura 9. Casas vernáculas do Nordeste brasileiro (Amorim, 1999)

Edifícios projetados por arquitetos são menos dependentes destes genótipos fins, já que o consciente ato de projetar permite a emergência de novas soluções arquitetônicas pela superação de práticas culturais. Por outro lado, podem ser encontrados padrões espaciais consistentes que não são necessariamente baseados em requerimentos sociais e funcionais. Estudiosos têm demonstrado como arquitetos constroem um sólido e consistente conjunto de regras compositivas. A consistência com que certas propriedades espaciais são reveladas, independentemente do domínio funcional, é chamada de genótipo espacial (Hillier, 1996, Amorim, 1999).

No entanto, edifícios modernos podem ser caracterizados por uma aplicação consistente de certas temáticas espaciais como transparência, articulação convexa e axial, mas também são permeados por atributos sociais (Amorim, 1999). A identificação de padrões espaciais e socio-funcionais auxiliam a identificação de quão representativas edificações ou conjuntos de edifícios são e que tipos de propriedades devem ser deixados intactos, ou restaurados, para preservar a essência da forma moderna.

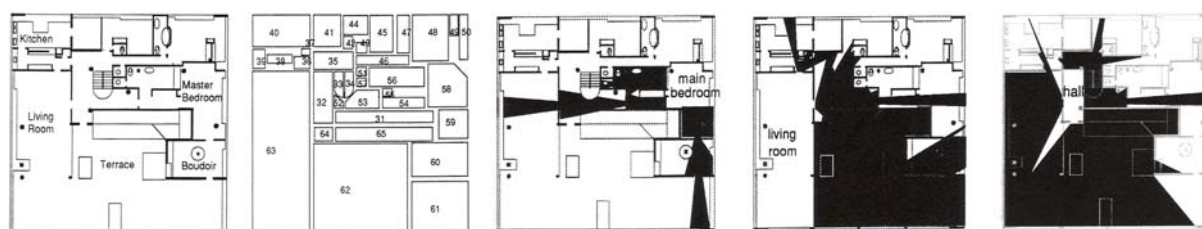


Figura 10. Villa Savoye, Le Corbusier, piso principal e sua representação espacial –mapa convexo e isovistas (Amorim, Bone, et al, 1994).

3.4. O espaço moderno: caracterizando um objeto de conservação

A arquitetura moderna colocou em evidência a necessidade de romper com uma longa tradição arquitetônica que forma o patrimônio ocidental. Esta ruptura é evidente não apenas no continente arquitetônico, mas principalmente na estrutura espacial que, como discutido anteriormente, interfere diretamente na satisfação de demandas sociais. Portanto, a ruptura levada a cabo pelo modernismo teve um profundo impacto não apenas na aparência das coisas, como as coisas são percebidas, mas também, em como os edifícios e as cidades são usados e como seus usuários interagem entre si.

O chamado espaço moderno pode ser identificado por suas propriedades mais genéricas. As mais evidentes e comumente referidas na literatura são o plano livre, a integração espacial - interior - exterior e interior-interior, e a diferenciação categórica de classes de

espaços em zonas. As primeiras são relacionadas ao problema da expansão do campo visual, e conseqüente continuidade espacial. A última estabelece em que circunstâncias pessoas se movem no espaço e interagem entre elas.

A materialização deste espaço moderno é função do sistema estrutural, como no plano livre; da flexibilidade de suas barreiras ou limites - como painéis móveis e mobiliário - expandindo ou obstruindo campos visuais e modificando as redes de movimento; e função da fragmentação da organização espacial e da considerável profundidade das redes de acessibilidade.

As dimensões espaciais descritas anteriormente – espaço convexo, linhas axiais e campos visuais – formam as propriedades universais e fundamentais de qualquer objeto arquitetônico. No entanto, estas propriedades são tratadas diferentemente, de acordo com requisitos sociais e culturais, como também pelas restrições físicas, como regras geométricas restritivas, necessidades práticas, como acesso a luz e ventilação naturais (Steadman, 2003).

O atributo espacial modernista por excelência é o uso do espaço para conectar e separar pessoas e coisas. O plano livre e a continuidade espacial criam, potencialmente, uma integração visual e uma ausência de controle. Para um visitante, a sensação de pertencimento pode ser imediata: se eu vejo, portanto, eu posso me mover sem nenhuma restrição. No entanto, controle de acesso e privacidade são demandas naturais de indivíduos e grupos sociais: indivíduos prezam por sua privacidade; grupos sociais estabelecem códigos de comportamento e interações programadas. Arquitetos modernos parecem ter resolvido este paradoxo transparência versus privacidade, através da articulação entre as propriedades locais e globais de uma forma singular: transparência é combinada com profundidade, segregação e sistemas altamente classificados, que isolam distintas categorias de pessoas. Neste modelo, tudo está ao alcance dos olhos, mas de difícil acesso.

O espaço moderno também pode ser caracterizado por ser convexo-articulado, ou seja, formado por um grande número de pequenos espaços convexos, articulados axialmente para gerar uma estrutura espacial complexa e de difícil cognição, a não ser que os usuários se engajem em longas experiências peripatéticas.

4. INVENTARIANDO O ESPAÇO ARQUITETÔNICO

Em todos os documentos que tratam de procedimentos de conservação destaca-se a necessidade de proceder a rigoroso estudo analítico para registro de todas as características arquitetônicas das edificações a serem objeto de ações de salvaguarda. Como visto nas seções anteriores, os elementos a serem registrados incluem a dimensão espacial apenas como registro documental, o que é feito por meio de levantamento arquitetônico. No entanto, o poder descritivo dos aspectos sociais e culturais impregnados nestas edificações não é objeto de análise, ou seja, o que se registra são os aspectos geométricos e dimensionais da planta, representado por paredes e aberturas e não as relações entre os diversos ambientes e as atividades que aí se desenvolvem.

Assim, aos procedimentos já consagrados de registro, análise e levantamento das características arquitetônicas e urbanas de edificações e sítios históricos, há a necessidade de acrescentar outros que subsidiem o estudo configuracional. Desta forma, recomenda-se que o estudo configuracional do espaço arquitetônico de edificações históricas seja introduzido na ficha cadastral de edifícios e sítios urbanos de interesse de preservação e nos procedimentos padrão de elaboração de todo e qualquer projeto de conservação e restauração, levando em consideração procedimentos descritivos e analíticos consagrados na morfologia da arquitetura. Este deverá observar o registro das propriedades convexas, axial e visual; a descrição de suas propriedades geométricas e configuracionais; a análise socio-funcional observando as inequações espaciais e funcionais; e a identificação de padrões genotípicos espaciais e finais. A identificação de relevantes propriedades espaciais passíveis de conservação deve ser destacada, bem como aquelas que necessitem de

restauração, caso a estrutura original tenha sido alterada, para definir um conjunto de regras e procedimentos que devem ser seguidas pelos projetos de conservação e restauração. Desta maneira, recomenda-se que esta documentação mínima seja considerada indispensável em todos os estudos de conservação.

5. POR UMA CONSERVAÇÃO DO ESPAÇO DA ARQUITETURA

O argumento central deste artigo é a necessidade de considerar a dimensão espacial da arquitetura como um objeto de conservação, testemunho a ser legado às gerações futuras. Este argumento baseia-se no princípio de que o espaço é matéria indissociável da arquitetura, o que a distingue das outras expressões artísticas (Zevi, 1951; Coutinho, 1972), e de que é no espaço onde são revelados padrões sociais, perfis psicológicos e estratégias compositivas pessoais, sendo parte integral de um construto social (Hillier&Hanson, 1984, Markus, 1994).

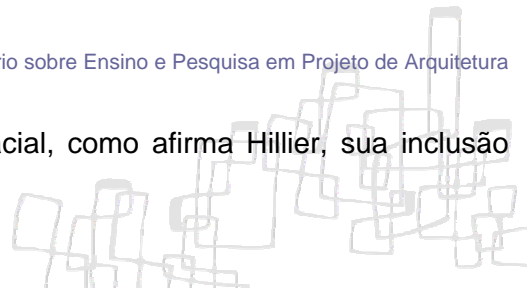
O exame das cartas patrimoniais e de outros documentos fundantes da teoria da restauração mostra que o discurso é ainda desprovido de um conceito de espaço, tal como nas teorias clássicas da arquitetura. Segundo Collins (1998: 285), o que interessava ao teórico clássico quando se considerava arquitetura uma arte de construir, era a construção em si, entendida como proporção e estrutura. Este sentido de construção não implicava necessariamente no sentido de delimitação do espaço, ainda que uma complexa seqüência de pátios e ambientes inter-relacionados, incorporando sutis relações espaciais fosse um dos traços da arquitetura clássica (Collins, 1965: 285). Este traço distintivo, entretanto, não era objeto de interesse teórico.

É apenas em meados do século XVIII que a palavra espaço passa a fazer parte do vocabulário arquitetônico, mas ainda sem denotar tri-dimensionalidade, o que acontece em meados do século XIX, ainda assim graças ao entendimento da etimologia da palavra germânica *raum*, que apresenta uma coincidência lingüística com o inglês *space/room*. Segundo Collins, o termo espaço no sentido em que é empregado pela arquitetura moderna tem origem nos escritos do historiador da arte Henrich Wolfflin e ganha o mundo ocidental através dos seus discípulos de língua inglesa. Collins (1998: 286) ainda sugere que este sentido só adquiriu a atual significância no discurso arquitetônico a partir invulgar criatividade de Frank Lloyd Wright, que deu ao espaço a posição de protagonista de uma nova ordem arquitetônica. Em oposição, coloca a postura dos racionalistas, como Viollet-le-Duc, que tomaram a concepção estrutural como arquétipo para as novas construções.

Talvez resida aí, na ambigüidade do uso do termo espaço, a origem da ausência da dimensão espacial nas teorias de restauro, via de regra, referenciadas às teorias clássicas. Estabelece-se assim um paradoxo: enquanto o conceito de bem patrimonial evolui para incorporar manifestações artísticas e culturais de diversas naturezas, as teorias de restauro associadas ao objeto arquitetônico deixam de observar a pertinência de certos valores culturais impregnados tanto na forma, quanto na espacialidade arquitetônica. Esta dissociação entre teoria da restauração e teoria da arquitetura tem origem nos diferentes paradigmas que as fundamentam: se por um lado as teorias arquitetônicas modernas tomam como protagonista a dimensão espacial (Wright, Zevi, Gideon), as teorias do restauro têm como protagonista da arquitetura a dimensão tectônica, base das teorias clássicas (Ruskin, Viollet-le-Duc, Brandi, Boito).

Assim sendo, teorias de restauro não incorporam as leis do objeto arquitetônico, como definidas anteriormente (Hillier, 1989). Estas atuam em conjunto em torno de uma proposição fundamental, que é a de que as sociedades humanas ordenam seu meio espacial para construir uma cultura espacial, definida como uma maneira distintiva de ordenar espaço, não para produzir ou reproduzir relações sociais presentes, e sim princípios de ordenação de relações sociais. Espaço é utilizado para gerar, tanto quanto para restringir, o campo de encontros de seres humanos e seus símbolos, dependendo das formas de reprodução social envolvidas. Em qualquer dos casos, no entanto, o espaço não seria simplesmente função dos princípios de reprodução social, mas um aspecto intrínseco dela, uma parte necessária da morfologia social (Hillier, 1989). Sendo, pois, a ordenação do

espaço parte da constituição de uma **cultura**⁵ espacial, como afirma Hillier, sua inclusão como bem patrimonial é mais do que legítima.



REFERÊNCIAS

- AMORIM, L. O traço e a obra do mestre: uma análise da influência da residência Vicente de Paula na arquitetura residencial do Recife nos anos 50. Trabalho apresentado no XIII Congresso Brasileiro de Arquitetos Lúcio Costa. São Paulo, 1991.
- AMORIM, L. BONE, G. et al, **Villa Savoye** (1929-31). London: The Bartlett School of Graduate Studies, London. 1994 (Term paper).
- AMORIM, L. The sectors' paradigm: understanding modern functionalism and its effects in configuring domestic space. In: MAJOR M., AMORIM, L., DUFAUX, F. (Eds) **Proceedings of the Space Syntax First International Symposium**, London: UCL, 1997. v. 2, p. 18.1-18.13.
- AMORIM, L. **The sector's paradigm: a study of the spatial and functional nature of modernist housing in Northeast, Brazil**. 1999 (Tese doutorado). - The Bartlett School of Graduate Studies, University London, London.
Proceedings
- AMORIM, L., LOUREIRO, C. On the spatial dimension of modern architecture as an object of conservation. In: INTERNATIONAL SEMINAR ON THE MANAGEMENT OF THE SHARED MEDITERRANEAN HERITAGE - 5TH CONFERENCE ON THE MODERN HERITAGE. 2005. Alexandria: **Proceedings** ... Alexandria: Ismarmed, 2005. 1 CD
- BENEDIKT, M. L. To take hold of space: isovists and isovists fields. **Environment and Planning B: Planning and Design**, v.6, p.47-65. 1979.
- BOITO, C. **Os restauradores**. Cotia: Ateliê editorial, 2003.
- BRANDI, C. **Teoria da Restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.
- CHOAY, F., **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- COLQUHOUM, A. **Essays in architectural criticism: modern architecture and historical changes**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1985.
- COLLINS, P. **Changing ideals in modern architecture 1750-1950**. Montreal: McGill Queens University Press, 1998.
- COUTINHO, E. **O espaço da arquitetura**. Recife: Editora Universitária, 1972.
- CURY, I. **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- HANSON, J. **Decoding homes and houses**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- HAYS, M. **Modernism and the posthumanism subject: the architecture of Hannes Meyer and Ludwig Hilberseimer**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1992.
- HILLIER, B. HANSON, H. **The social logic of space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- HILLIER, B. The architecture of the urban object. **Ekistics**, v.56, n.334/335, p.5 - 21. 1989.
- HILLIER, B. **Space is the Machine**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- HOLANDA, F. **O espaço de exceção**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- RISSELADA, M. **Raumplan versus plan libre**. Delft: Delft University Press, 1991.
- STEADMAN, P. **The evolution of designs: biological analogy in architecture and the applied arts**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- STEADMAN, P. **Architectural morphology: an introduction to the geometry of building plans**. London: Pion Limited, 1983.
- STEADMAN, P. How day-lighting constrains access In: HANSON, J. (Ed) **Proceedings of the Space Syntax 4th International Symposium**. 2003. London. London: UCL, 2003. v.1, p 05.1-05.18, 2003

⁵ Destaque nosso

ZEVI, B. **Saber ver la arquitectura:** ensayo sobre la interpretación de la arquitectura. Buenos Aires: Editorial Poseidon, 1971.

